

## O discurso do envelhecimento da população como ideologia

*The discourse of the aging of population as ideology*

Artur Bispo dos SANTOS NETO<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como propósito apontar o caráter ideológico do discurso fundado no envelhecimento da população brasileira e como este serve de instrumento da classe dominante para operar as contrarreformas necessárias ao sistema do capital no âmbito da previdência social. Tal discurso apresenta a realidade de uma maneira homogênea e destituída de contradições, porquanto oblitera os elementos fundamentais que estão na gênese do envelhecimento populacional e desconsidera que o verdadeiro crescimento populacional está relacionado ao crescimento do exército industrial de reserva. Esse aspecto social é um dos principais responsáveis pela abreviação do tempo de vida de inúmeros jovens no país.

**Palavras-chave:** População idosa. Previdência social. Homicídio de jovens. Desemprego.

**Abstract:** The present article has as purpose rise the ideological character of the discourse founded in the aging of Brazilian population and the form that this serves as instrument of the dominant class to operates as necessary against reforms to the system of capital in the ambit of social welfare. As well to present the reality in a homogeneous way and dismissed of contradictions, in proportion that obliterates the fundamentals elements that are in the genesis of population aging and disregard the fact that the truly population growing is related to the growing of the reserved industrial army and that social aspect constitutes as one of the principals responsible persons to the time of life abbreviation of innumerable young people in the country.

**Keywords:** Aged population. Social welfare. Young people homicide. Unemployment.

*Submetido: 31/5/2013. Aceito: 3/9/2013.*

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil) e doutorado em Letras e Linguística pela UFAL, Brasil. Professor Adjunto do Curso de Filosofia e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil). E-mail: <arturbisponeto@gmail.com>.

## Introdução

**A**pós uma década pautada pela privatização das estatais brasileiras, adentra-se no novo século sob a hegemônica afirmação ideológica da necessidade de contrarreformas substanciais no sistema previdenciário. A pilhagem das estatais brasileiras permitiu, de um lado, a ascensão meteórica de figuras apáticas da economia nacional nos mais elevados estratos dos homens mais ricos do mundo; do outro, tornou ainda mais dramática a existência da classe trabalhadora, à medida que se passou a negociar a necessidade de preservação dos empregos e a abdicar das conquistas alcançadas nas décadas passadas.

Entre as ideologias apresentadas, nenhuma ganhou mais notoriedade e caráter de naturalização que a ideologia do envelhecimento precoce da população brasileira como condição fundamental de justificação da contrarreforma da previdência social. A manifestação de dados empíricos comprovando o crescimento da população idosa (acima dos 60 anos) transformou-se numa arma fundamental para dobrar os movimentos sociais resistentes às contrarreformas indispensáveis ao novo padrão da acumulação flexível<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo Harvey (2010, p. 140), “Ela [acumulação flexível] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos

O presente texto está estruturado em dois segmentos. No primeiro, ressaltase a peculiaridade do relatório do Banco Mundial acerca da necessidade de contrarreformas pela mediação do discurso fundamentado no envelhecimento da população; no segundo, busca-se esclarecer como esse discurso esconde os efeitos perversos do desemprego crônico, que aparecem de maneira articulada ao crescimento monumental das taxas de homicídios cometidos contra jovens, e como esse quadro de deterioração das relações humanas parece ter caráter de política pública deliberada contra uma determinada fração do exército industrial de reserva.

## 1 A ideologia do crescimento demográfico

Partindo do entendimento de que vivemos numa sociedade de classe e que o capital precisa exercer papel de controle absoluto sobre o trabalho, é necessário elucidar o quanto há de verdadeiro e de falso no discurso do envelhecimento da população brasileira. Nos *Grundrisse*, Marx afirma que parece correto começar qualquer análise da realidade pela população, porque ela desempenha o papel de sujeito de todo processo produtivo; no entanto, uma análise mais rigorosa revela que essa categoria “[...] é uma abstração quando deixa fora, por exemplo, as classes das quais é constituída” (MARX, 2011, p.

---

mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

54). É importante destacar a relação dialética que perpassa os diferentes complexos constituintes da totalidade da realidade social, já que a população pressupõe a existência das classes sociais, pois sem elas a população parece uma coisa homogênea e uniforme, não condizendo com o movimento efetivo da processualidade social. A população é uma abstração quando se desconsideram as formas fundamentais para a reprodução de sua existência objetiva, ou seja, não existe população sem organização e constituição da produção e distribuição da riqueza. A produção pressupõe a existência e o desenvolvimento de mecanismos de mediação da sociedade com a natureza, mesmo que essa mediação se exprima pela simples determinação da mão humana, como na sociedade nômade de coletores e caçadores.

A população não é um problema meramente demográfico, uma vez que possui implicações econômicas e políticas. Por isso é fundamental ultrapassar as perspectivas que consideram essa categoria como algo homogêneo e atentar para as suas diferenciações. Somente assim é possível superar o ponto de vista que apresenta o referido complexo como um todo caótico e adentrar no universo da compreensão concreta de suas determinações efetivas. A perspectiva abstrata notoriamente impregna os discursos dos apologistas do capital, que apregoam o crescimento populacional isento de contradições e conflitos, obliterando a verdadeira essencialidade de seu de-

envolvimento. Observa-se a existência de uma tendência a considerar o crescimento do envelhecimento populacional como se fosse um dado absoluto ou natural e a desconsiderar seu crescimento como expressão das determinações sociais.

Segundo os dados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o período entre 1960-1999 foi marcado pela evolução da queda de fecundidade feminina e pelo processo de ascensão da faixa etária da população nacional. Entretanto, observa-se que o crescimento populacional não resultou do declínio da mortalidade, senão do controle da taxa de natalidade, que diminuiu significativamente no período histórico em que a mulher foi inserida no processo de produção de maneira mais representativa, bem como devido à utilização de instrumentos conscientes de controle, como os métodos contraceptivos. A simples diminuição da taxa de fecundidade contribuiu para a elevação da taxa de vida da população idosa (acima de 60 anos), mas é preciso salientar que ela não foi o único elemento, como pretendem assegurar os ideólogos do sistema do capital. Nota-se que os dados apresentados são indevidamente apropriados pelo Banco Mundial e servem como instrumento para o estabelecimento de metas draconianas profundamente destrutivas à classe trabalhadora, como a contrarreforma da seguridade social. O referido organismo internacional compreende as mudan-

ças demográficas na seguinte perspectiva:

As taxas de mortalidade começaram a diminuir (principalmente entre os mais jovens) por volta de 1940. A mortalidade infantil diminuiu de 135 para 20 mortes a cada mil nascidos vivos entre 1995 e 2010, e a expectativa de vida ao nascer aumentou de 50 para aproximadamente 73 anos no mesmo período. A variação na taxa de fecundidade foi ainda mais surpreendente, e com implicações ainda mais importantes. A mulher brasileira média tinha mais de seis filhos no começo dos anos 60 e atualmente tem menos de dois. Com o passar do tempo, essas mudanças na mortalidade e fecundidade alteram a distribuição etária da população (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 10).

É preciso destacar que 1940 representa um momento de inflexão econômica significativa na história do país, beneficiado pelas mudanças socioeconômicas decorrentes da Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que se inscreve o processo de constituição das bases econômicas fundamentais para a industrialização do país e também para um profundo deslocamento da população do campo para as cidades. Esse acontecimento é decisivo na reviravolta da predominante população agrária na constituição duma malha nacional marcadamente urbana. O êxodo rural é impulsionado pela industrialização e pela necessidade de estabelecer novos padrões de produção no universo agrário. Em sete décadas o país sofreu não apenas uma verdadeira reviravolta demográfica – passando a população urbana de 20% para 80%, e a população agrária, de 80% para 20% –, mas uma

reviravolta completa no campo, para atender às novas determinações do capital.

Os dados do IBGE (1999) apontam para a diminuição não apenas das taxas de natalidade, como também para a redução da população de 0 a 14 anos, entre 1940-1996, de 2,4% para 0,6%; indicam ainda a crescente tendência de diminuição da população jovem, de 15 a 24 anos, de 2,4% para 1,7%. Essa redução passou a ser mais substancial entre os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos, que passaram de 2,8% para 1,2%. Enquanto isso, os grupos entre 25 e 64 anos permaneceram praticamente estáveis, com ligeiras oscilações, alcançando uma média de aproximadamente 3,0%. Merece também destaque o fato de que a tendência de declínio das taxas formadas por jovens de 20 a 24 anos se intensificou desde o final da década de 70, ou seja, a partir do esgotamento do famigerado “milagre brasileiro” e do aprofundamento da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2006).

O mapa demográfico do IBGE indica um crescimento de jovens entre 20 e 24 anos, no período de 1980-1996, nas regiões mais desenvolvidas do país. A região Sul passou de 0,0% para 0,5%, e a região Sudeste, de 0,8% para 1,8%, enquanto caiu a taxa média de crescimento nas demais regiões do país. O deslocamento populacional teve como *leitmotiv* o “canto da sereia” da possibilidade de emprego nas regiões mais desenvolvidas, sobretudo para os seto-

res condenados ao desemprego crônico, que se intensificava nas regiões menos desenvolvidas ou tipicamente agrárias do país. Isso explica o crescimento da população entre 15 e 24 anos nas principais cidades brasileiras, que passou de 69,8% em 1980 para 78,7% em 1996. Nas regiões metropolitanas do país, o número de jovens (15-24 anos) alcançou em 1996 o patamar de 20,0% da população geral, ou seja, 9.446.518 jovens. No entanto, o Banco Mundial limita-se tão somente a apontar o crescimento da população com mais de 65 anos:

**3 A velocidade do envelhecimento populacional no Brasil será significativamente maior do que ocorreu nas sociedades mais desenvolvidas no século passado.** Por exemplo, foi necessário mais de um século para que a França visse sua população com idade igual ou superior a 65 anos aumentar de 7% para 14% do total. Em contraste, essa mesma variação demográfica ocorrerá nas próximas duas décadas (entre 2011 e 2031) no Brasil. A população idosa irá mais do que triplicar nas próximas quatro décadas, de menos de 20 milhões em 2010 para aproximadamente 65 milhões em 2050 (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 10, grifo nosso).

Embora reconheça que a França precisou de “mais de um século” para que sua população com mais de 65 anos aumentasse de 7% para 14%, o Banco Mundial não revela as bases materiais de sustentação de seu prognóstico para um amplo crescimento da população idosa no Brasil. Cumpre destacar que o país não passou por nada semelhante ao denominado “Estado de bem-estar

social”, ou seja, não é possível dizer que a mudança do quadro demográfico tenha sido consequência duma substancial alteração das relações sociais ou fruto de políticas públicas capazes de alterar seu tecido social. Nasri (2008, p. 5) reconhece que “[...] a expectativa de vida média dos brasileiros aumentou em quase 25 anos, nos últimos 50 anos, sem que tenhamos observado melhoras significativas nas condições de vida e de saúde da população”.

Apesar de não indicar os fundamentos do crescimento da população idosa no país, os ideólogos do Banco Mundial se apressam em oferecer receitas e fazer prognósticos no estilo neomalthusiano, quando afirmam: “A população idosa irá mais do que triplicar nas próximas quatro décadas, de menos de 20 milhões em 2010 para aproximadamente 65 milhões em 2050”. É possível afirmar que um crescimento dessa magnitude não poderia deixar de lembrar a velha lei do crescimento populacional de Malthus<sup>3</sup>, que buscava somente i-

<sup>3</sup> Segundo Marx (apud MÉSZÁROS, 2006, p. 310), “[Malthus] vê a superpopulação como se fosse sempre do mesmo tipo em todas as fases históricas do desenvolvimento. Como não entende as diferenças específicas entre elas, ele reduz essas relações complicadas e variáveis a uma única relação, duas equações em que a reprodução natural da humanidade aparece de um lado, e a reprodução natural das plantas comestíveis (ou meios de subsistência) do outro, como duas séries naturais, sendo a primeira uma progressão geométrica e a segunda, aritmética. Dessa forma ele transforma a relação historicamente distinta numa relação nu-

sentar o Estado e as classes dominantes da responsabilidade perante o crescimento da pobreza e da miséria. A fórmula malthusiana – a população cresce de forma geométrica enquanto a economia cresce de maneira aritmética – servia notadamente aos interesses de reprodução do capital e à expropriação do proletariado. As falsas estatísticas de Malthus chegavam ao absurdo de prognosticar que a população mundial alcançaria a espantosa soma de 256 bilhões de habitantes no final do século XX e de 4.096 bilhões no final do século XXI<sup>4</sup>. Por isso se punha a necessidade urgente de medidas para minimizar os efeitos devastadores desse crescimento, uma vez que o crescimento dos meios de subsistência seria da ordem de nove para 256 e de 13 para 4.096. Escreve Mézáros (2006, p. 318): “Como sabemos todos, a população mundial não chegou, durante estes dois últimos séculos, ao número projetado de 256 bilhões, e certamente não por

---

*mérica abstrata*, que ele pescou do nada, e que não se apoia em leis naturais nem históricas”.

<sup>4</sup> É interessante observar como determinados autores, mesmo dizendo-se defensores dos direitos dos idosos, acabam reproduzindo a ideologia dominante quando difundem quadros alarmantes de crescimento da população idosa. Schirmacher endossa a noção difundida pelo Banco Mundial, quando afirma que o número de idosos vai crescer mais rápido do que a população mundial, triplicando, enquanto essa apenas irá dobrar. Para ele, “o número de pessoas com mais de 85 anos terá sextuplicado até lá, de 26 milhões para 175 milhões, e teremos um número 16 vezes maior de pessoas com mais de 100 anos, que passarão de 135.000 hoje para 2,2 milhões” (SCHIRMACHER, 2005, p. 28).

causa dos corretivos malthusianos propostos”.

Os ideólogos do Banco Mundial entoam em uníssono o discurso alarmante do velho Malthus; a diferença é que concentram suas atenções no pseudo-crescimento da população idosa, sem apontar as bases fundamentais de sua emulação. Esses teóricos estabelecem enunciados contrafactuais quando desconsideram os efetivos elementos que sustentam o envelhecimento da população nacional. O crescimento é apresentado de uma maneira homogênea e como algo que perpassa linearmente todas as classes. Os velhos emergem como seres destituídos de qualquer particularidade, constituindo-se como uma universalidade abstrata e isolada das determinações objetivas que afligem os diferentes segmentos produtivos das sociedades de classe.

Os referidos senhores obliteram as diferenças efetivas entre as classes sociais para impor sua solução absoluta e unitária, apesar de reconhecerem que tais reformas são insuficientes e que seria preciso projetar novas contrarreformas no sistema previdenciário num futuro próximo, pois as gerações futuras poderiam ser prejudicadas pela falência do sistema de seguridade devido ao crescimento numérico dos idosos assistidos. No entanto, não se trata de salvar as gerações futuras, mas do destino do sistema do capital, que se encontra profundamente abalado. Como o capital não pode se reproduzir sem se apropriar de mais-valia, as contrarre-

formas mostram-se fundamentais para oferecer sobriedade ao paciente terminal. Caso estivesse em jogo o interesse das futuras gerações, esses ideólogos poderiam ao menos questionar o pagamento vergonhoso dos juros monstruosos das dívidas externa e interna brasileira, as fantásticas ajudas aos banqueiros em crise e a anistia sistemática de pagamento do INSS para os grandes grupos econômicos e empresariais.

A projeção conjectural de crescimento das taxas de envelhecimento da população nas próximas quatro décadas, passando da projeção de 20 milhões para 50 milhões, consiste numa afirmação neomalthusiana com o propósito específico de mudar as regras da previdência social. O problema é que o reconhecimento das projeções equivocadas não será seguido de medidas reparadoras, pelo contrário, ele será reiterado por novas abordagens apresadas da contingência histórica. A argumentação do crescimento da população idosa tem semelhança com a estúpida discussão em torno da quadratura do círculo, em que o círculo não pode sair dos limites estabelecidos (MÉSZÁROS, 2011).

Parece claro que medidas corretivas são incapazes de alterar substancialmente o edifício estrutural do sistema do capital, já que somente num contexto de mudanças estruturais é possível garantir o prolongamento do tempo de vida da população. Escreve Mézáros (2006, p. 318): “Sem essas mudanças

estruturais fundamentais, qualquer conversa sobre chegar-se ao ‘equilíbrio global em que população e capital serão essencialmente estáveis’ será apenas um sonho”. A falsa definição do problema da população idosa é reiteradamente seguida pela inocuidade das medidas corretivas, que não passam de tentativas para acomodar os trabalhadores aos limites impostos pelo capital. Anota Mézáros (2006, p. 320): “Quando projeções e previsões se tornam problemáticas, pode-se e deve-se preservar a substância ideológica do discurso cataclísmico, como se nada tivesse acontecido, simplesmente ‘mudando as regras’”.

As tonalidades cinzentas dos discursos cataclísmicos dos ideólogos do capital acerca do crescimento da população, nas variantes antigas e modernas, apresentam-se como urgentes e inadiáveis exatamente porque não passam de afirmações dogmáticas carentes de substancialidade e articulação efetiva com o desenvolvimento dinâmico da totalidade social. Essas operações niveladoras nada mais são que abstrações isoladoras, desarticuladas da totalidade social, meras ideologias em seu sentido pejorativo. É preciso esclarecer que, na perspectiva marxiana, a ideologia não deve ser simplesmente traduzida como sinônimo de falsa consciência. A ideologia é “[...] um instrumento da luta social que caracteriza qualquer sociedade” (LUKÁCS, 1981a, p. 3). As posições teleológicas secundárias, enquanto posições que “[...] visam suscitar em outros homens posições

teleológicas correspondentes ao fim posto” (LUKÁCS, 1981a, p. 4), têm um fundamento ontológico e não emanam do simples arbítrio pessoal. A ideologia se caracteriza como instrumento de luta e de orientação da práxis social. As ideologias podem se configurar na história na forma de embates políticos, de convicções religiosas, de teorias científicas, de preceitos axiológicos etc.

A teoria ou hipótese correta ou incorreta de uma coisa somente não basta para fazer dela uma ideologia, sendo necessário que ela desempenhe uma função social. A generalização teórica ocupa função ideológica quando um determinado estrato social considera-a pertinente para combater os embates sociais existentes. É relevante destacar que a ideologia não é um complexo cindido do desenvolvimento do complexo econômico, mas está articulada dialeticamente ao desenvolvimento das bases materiais. As posições teleológicas secundárias se aproximam das posições teleológicas primárias quando elas adquirem uma eficácia objetiva, ou seja, quando seu objeto intencional põe em movimento forças reais (LUKÁCS, 1981a).

A ideologia de que a população cresce de forma geométrica enquanto a economia cresce de forma aritmética tem indubitavelmente o sentido pejorativo e mistificado de ideologia como “falsa consciência”. No entanto, é fundamental destacar que esse discurso desempenha papel social fundamental na luta de classes. A roupagem pseudoci-

entífica do discurso do crescimento da população padece da ausência de fundamentação; porém, isso não impede que ocupe papel relevante nas colisões sociais existentes. É um discurso que se apropria da realidade de maneira invertida, em que os defeitos do sistema do capital são interpretados como problemas naturais e eternos. No caso brasileiro, o que realmente importa é que o discurso pseudocientífico do crescimento demográfico exerça imprescindível papel no processo de efetivação das contrarreformas no sistema da previdência social e neutralize consistentemente o potencial de resistência da classe trabalhadora. É exemplo notável da ideologia burguesa que precisa ser combatida pela ideologia do proletariado<sup>5</sup>.

Ao contrário do movimento de resistência contra as reformas do sistema da previdência da Europa, no Brasil o movimento sindical e suas centrais sindicais simplesmente observaram passivamente o bonde das contrarreformas. A pilhagem do excedente pro-

---

<sup>5</sup> O marxismo não estabelece disjunção entre ciência e ideologia, pois assume declaradamente o caráter de classe que perpassa a ciência do proletariado e a ciência da burguesia e aponta que seu papel é servir de instrumento nos embates de classe com a burguesia. Nesse aspecto, “a ideologia é a consciência prática inevitável das sociedades de classe, preocupada com a articulação e afirmação dos conjuntos rivais de valores e estratégias” (MÉSZÁROS, 2011, p. 145). O conjunto de preceitos axiológicos e axiomáticos em disputa está articulado às “alternativas hegemônicas objetivamente identificáveis da situação histórica dada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 145).



duzido pela classe operária tende a ampliar-se com as alterações no sistema da previdência. O Banco Mundial deixa bem claro o interesse de classe que subsiste no discurso do envelhecimento da população, quando afirma no item 12:

**12 As reformas previdenciárias de 1999 e 2003 conseguiram frear a expansão dos custos com aposentadorias.** Sem essas reformas, os gastos teriam crescido de 10% do PIB em 2005 para surpreendentes 37% do PIB em 2050, simplesmente devido ao aumento no número de aposentados. O conjunto de reformas reduziu os custos projetados em mais que a metade. Contudo, o problema de sustentabilidade dos gastos previdenciários ainda não foi resolvido; projeta-se que as despesas com aposentadorias devem mais do que dobrar, chegando a 22,4% do PIB até 2050. Mesmo considerando cenários mais otimistas, aumentos nos gastos previdenciários dominam as perspectivas fiscais para o Brasil (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 13).

O discurso do envelhecimento populacional cumpriu papel significativo para a efetivação tanto da contrarreforma encetada pelo Governo FHC (1998) quanto da contrarreforma promovida pelo Governo Lula (2003). Essas contrarreformas encontraram seu coroamento na recente aprovação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que acabou com a aposentadoria integral dos servidores públicos e estabeleceu o teto do INSS de R\$ 3,9 mil. Com isso se repassa para o setor privado o direito de controle duma parte substancial da riqueza produzida pelos tra-

balhadores, de forma que a seguridade social deixa de constituir-se como direito para assumir declarado caráter de investimento financeiro e mercadológico.

A reforma encetada por FHC propiciou a primeira alteração substancial no processo de acesso à aposentadoria, ao estabelecer a distinção entre o processo de aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria por tempo de contribuição. Além disso, estabelece teto para o valor dos benefícios, alterando os critérios de cálculos através da constituição do fator previdenciário, criação do regime de previdência complementar e fim dos incentivos existentes aos servidores públicos que se aposentavam. A adoção do critério de tempo de contribuição acaba por discriminar os inúmeros trabalhadores lançados no mundo da informalidade e do desemprego (ARAÚJO, 2009).

No prazo de oito meses (agosto de 2003), o governo Lula conseguiu aprovar a segunda reforma da previdência. Com esta, extinguiu o direito dos servidores públicos à aposentadoria integral, a paridade entre os reajustes dos servidores ativos e inativos, estabelecendo o teto para o valor dos benefícios aos servidores (novos ingressantes) equivalente ao do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), a taxação dos servidores inativos e dos pensionistas etc. Assim, os aposentados passaram a ter seus salários reduzidos numa etapa da vida em que mais care-

ciam de recursos financeiros para cuidar de sua saúde (TEIXEIRA, 2006).

O falacioso discurso dos ideólogos do Banco Mundial, na perspectiva de destruir os direitos dos trabalhadores, torna-se transparente quando aponta os idosos como manifestação de encarecimento da força de trabalho e prejuízo aos padrões de lucro das empresas brasileiras, reproduzindo a fórmula preconceituosa dos capitalistas contra os idosos. É o que atesta o item 14 do referido relatório:

Após meados de 2020, a taxa de crescimento do grupo etário de 15-59 anos irá se tornar negativa e o crescimento da população será puxado somente pelo aumento no número de idosos. Além disso, poderão ocorrer efeitos negativos na produtividade no nível micro, já que uma fração maior da força de trabalho estará além do seu pico de produtividade. O impacto econômico negativo tende a ser amplificado pelo fato de que o mesmo perfil de diminuição da produtividade com a idade não é observado para os salários no setor formal, que tendem a aumentar com a importância da função (e a idade). Isso, por sua vez, tende a afetar negativamente a competitividade, o lucro e o investimento das firmas (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 13-14).

O cinismo é inerente ao discurso falacioso dos ideólogos do sistema. Primeiro, ele estabelece a necessidade de estender o tempo de expropriação da força de trabalho existente na sociedade brasileira mediante contrarreformas que elevem a idade do tempo de aposentadoria; depois, simplesmente joga

os idosos na “lata do lixo”, quando afirma serem improdutivos, pois se constituem como elementos propiciadores de queda nos padrões de produtividade e instrumento de prejuízo para as empresas capitalistas.

A assertiva acima evidencia o verdadeiro interesse dos ideólogos do Banco Mundial. Assim, passam da defesa da necessidade de prolongamento do tempo de trabalho dos idosos para o efeito negativo da permanência destes no emprego, haja vista que eles produzem um impacto negativo na economia; e mais, a “diminuição da produtividade com a idade não é observada para os salários no setor formal, que tendem a aumentar com a importância da função (e da idade)”. O ideal para o Banco Mundial seria que os idosos que permanecem trabalhando entregassem gratuitamente a totalidade de sua jornada de trabalho aos capitalistas, já que são menos produtivos. É fato notório que idosos com mais de 60 anos precisam vender sua força de trabalho tanto nas economias centrais quanto nas economias periféricas do capitalismo, e que raríssimos encontram um posto de trabalho. Isso poderia ser justificado pela difusão do preconceito reproduzido pelo relatório do Banco Mundial, combatido nos países de economia mais desenvolvidas como os EUA, de discriminação por idade (*ageism*)<sup>6</sup>, em que a população idosa apa-

---

<sup>6</sup> Segundo Peres (2004, p. 148), “[...] o termo *ageism* foi criado a partir de estudos sobre o preconceito e a discriminação que atingiam grupos de idosos e adultos mais velhos no

rece como menos produtiva. Essa ideologia é inerente ao processo denominado de acumulação flexível ou processos de reestruturação da produção<sup>7</sup>.

Além disso, o referido relatório não menciona que as dificuldades econômicas se intensificam para os trabalhadores demitidos acima de 40 anos, pois, distantes da aposentadoria e com baixíssimas perspectivas, “muitos deles, com o esgotamento do seguro-desemprego e de suas poupanças, são pressionados por serem chefes de família, perdem a esperança e vão se somar aos milhares de indivíduos que perambulam sem destino pelos centros industriais em busca de sobrevivência”

---

mercado de trabalho durante a década de 1960 nos EUA. A ocorrência dessa forma de discriminação passou a ser notada de maneira mais evidente com o processo de modernização industrial por que passou o país desde o período entreguerras mundiais até meados dos anos 60. Assim, o fenômeno do *ageism* ganharia importância e visibilidade na sociedade norte-americana pela sua constante incidência na esfera da produção. As admissões, demissões e os tratamentos discriminatórios ocorridos no ambiente de trabalho, que utilizavam como principal critério a faixa etária dos trabalhadores, passaram a ser proibidos por uma lei específica, a *Age Discrimination in Employment Act* [Lei contra a Discriminação por Idade no Emprego], implantada em 1967 nos EUA, que estabelecia como criminosa qualquer forma de discriminação a trabalhadores mais velhos ocorrida nas relações de trabalho e emprego”.

<sup>7</sup> Escreve Harvey (2010, p. 141): “A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição ao ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical”.

(LARA; CANOAS, 2010, p. 147). Os indicadores sociais apontam para a redução de oferta de emprego aos indivíduos pertencentes a essa faixa etária, como assinalam Lara e Canoas (2010, p. 153): “O grupo de 40 a 49 anos, segundo o censo de 2000, perdeu 5 mil postos de trabalho. Entre 50 e 64 anos de idade, perderam 12 mil empregos; e os idosos de 65 anos ou mais, já de reduzida participação no emprego formal, perderam 3 mil vagas”.

É importante destacar que qualquer perspectiva de crescimento da população idosa não pode desconsiderar o crescimento substancial da miséria e da pobreza, que ultrapassam os índices de 2,4 bilhões de pessoas no mundo, ou seja, assolam um terço da humanidade (MÉSZÁROS, 2007). Os cínicos ideólogos do capital precisam esclarecer a paradoxal combinação de longevidade da vida com desemprego e baixos salários, pois o desenvolvimento da sociedade capitalista revela exatamente o contrário, isto é, que existe uma relação intrínseca entre acumulação de riqueza e acumulação de pobreza (MARX, 1985), acumulação de capital e expropriação do tempo de trabalho dos trabalhadores, pobreza e encurtamento da vida. Torna-se difícil acreditar nas perspectivas otimistas de longevidade das pessoas, quando se aprofundam os problemas estruturais e são alteradas as regras da aposentadoria, para que assim os trabalhadores se vejam condenados a morrer trabalhando e os capitalistas transformem o

sistema previdenciário numa fonte in-  
nesgotável de lucro.

## 2 Desemprego e genocídio de jovens

Os apaixonados discípulos de Malthus permanecem insistindo em atacar o problema da explosão demográfica como se esse fosse o elemento fundamental que acomete as diferentes sociedades contemporâneas. Assim, passou-se da apologia da necessidade de políticas reparadoras com o propósito de conter o excessivo crescimento da população mundial para o discurso da necessidade de políticas reformistas visando controlar o excessivo crescimento da população idosa.

Os especialistas da apresentação cataclísmica do crescimento desenfreado da população idosa se esquecem de observar que o efetivo crescimento da população mundial é, em verdade, o crescimento dos desempregados. O problema central não é o crescimento da população idosa, mas o crescimento da população flutuante, ou seja, do número dos que perderam suas garantias trabalhistas e a possibilidade de encontrar um emprego na pequena seara do trabalho formal. O elemento fundamental que abala o edifício do sistema do capital se chama “desemprego crônico”.

A ubiquidade do desemprego manifesta-se no crescente aumento do número de jovens desempregados tanto nos países ricos quanto nos países pobres. No final de 2011, países da zona do

euro, como Portugal, ultrapassaram a taxa dos 35%, sendo ainda mais grave a situação na Irlanda, Espanha e Grécia, em que os patamares se aproximam de 50%. A taxa de desemprego juvenil na zona do euro era, em dezembro de 2011, da ordem de 22,1%.

No Brasil, o número de jovens desempregados (Instituto Nacional de Estatística), no final de 2011, chegou à taxa de 35,4%. Isso significa que um em cada três jovens se encontrava desempregado. Nos Estados Unidos os desempregados constituem um total de 22 milhões, ou seja, 14,5% da população, enquanto na China ultrapassam a casa dos 268 milhões, e na Índia se aproximam de 336 milhões de desempregados. A ubiquidade do desemprego perpassa como uma diagonal de alto a baixo as diferentes economias capitalistas<sup>8</sup>.

Longe de constituir-se como problema episódico, ele se apresenta como algo crônico e serve para revelar os limites

---

<sup>8</sup> Escreve Mészáros (2007, p. 143-144): “Do modo como as coisas se colocam atualmente, mesmo de acordo com os quadros oficiais – grosseiramente atenuados –, existem mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Desse quadro, a Europa responde por mais de 20 milhões, e a Alemanha – uma vez elogiada por produzir o ‘milagre alemão’ – ultrapassou a marca dos 5 milhões. Como já ressaltai anteriormente, a Índia – bastante aplaudida pelos órgãos tradicionais – possui nada menos do que 336 milhões de pessoas em seu registro de desemprego, e muitos outros milhões sem trabalho apropriado, mas que não se encontram nos registros”.

absolutos do sistema do capital, ou seja, o capital não pode resolver o problema do desemprego, e consequentemente provoca o crescimento da miséria e da pobreza mundial, porque a acumulação de riqueza, de um lado, é acumulação de miséria, do outro lado. O desemprego crônico é um elemento que poderá dinamitar o próprio sistema, porquanto constitui um mecanismo impulsionador de revolta das massas e gera profundas convulsões sociais (MÉSZÁROS, 2006).

Com o desemprego dos trabalhadores qualificados e não qualificados, a ideologia da necessidade de investimento no processo de formação da mão de obra consiste numa vacuidade no interior do exército industrial de reserva, apesar dos inúmeros programas federais para ampliar a oferta de vagas nas universidades privadas (Prouni) e nas universidades públicas (Reuni) brasileiras. O quadro crônico de desemprego estrutural tem conduzido uma parte expressiva da jovem população masculina aos braços dos movimentos que sobrevivem às avessas do processo institucionalizado de reprodução da propriedade privada, mas perfeitamente articulada aos elementos estruturais do capital. Atividades consideradas pelo Estado burguês como contravenção, contrabando e delinquência têm atraído muitos jovens, no contexto de desemprego crônico. Como dizia a personagem (Mac Navalha) de Bertolt Brecht (1988, p. 103), “O que é um as-

salto a um banco comparado à fundação de um banco?”<sup>9</sup>

A violência urbana deixou de ser um fenômeno específico de determinadas regiões metropolitanas do país, como o Rio de Janeiro, para se tornar uma cena comum do cotidiano que reverbera por todos os poros da sociedade brasileira. O “banditismo social” ganhou novos corolários, e longe de contar com as simpáticas adesões dos teóricos de um passado não muito remoto, como as dirigidas ao bando de Lampião e Maria Bonita, é execrado permanentemente pelos diferentes meios de comunicação de massa. Assim, os pobres são lançados à sua própria sorte e apresentados como criaturas portadoras de índole natural para a prática da perversidade, quando não passam de subprodutos das circunstâncias sociais

---

<sup>9</sup> Cabe lembrar a afirmação proferida por Pierre-Joseph Proudhon em seu opúsculo *O que é a propriedade? (Qu'est-ce que la propriété?)*: “A propriedade é o roubo! [...] Proprietário e ladrão foram em todos os tempos expressões contraditórias, do mesmo modo que os seres que elas designam são incompatíveis” (PROUDHON, 1986, p. 33, grifo do autor). Apesar de entender a importância da afirmativa proudhoniana para o desenvolvimento da consciência revolucionária, posteriormente, Marx esclarece, em sua obra *Miséria da Filosofia*, os limites dos preceitos axiológicos e das categorias jurídicas para apreender o núcleo do processo de reprodução do capital. É preciso entender que o termo “roubo” não constitui uma categoria econômica, mas uma categoria jurídica. Enveredar pela investigação de sua natureza não deve obliterar o caráter predominante que ocupa o trabalho e a esfera econômica no desenvolvimento da totalidade social como um complexo de complexos (LUKÁCS, 1981b).

geradas pela expropriação de trabalho excedente e pela acumulação de riquezas. Isso não implica desconsiderar o grau de responsabilidade de cada indivíduo nessa forma específica de sociabilidade, muito menos encobrir a responsabilidade social de cada atitude individual, pois toda decisão pessoal e coletiva é seguida por um período de consequências (incontroláveis) que podem ser profundamente destrutivas tanto à sociedade quanto ao sujeito de sua escolha. Por sua vez, a liberdade que realmente importa para essa sociedade de classes encontra seu coroa-mento no capital e não na emancipação humana. Por isso intensifica-se a barbárie.

Observa-se que, primeiro, os dados oficiais manipulam as efetivas taxas de desemprego no país; segundo, o núcleo da violência contra os jovens; terceiro, a proliferação meteórica do consumo de drogas entre os jovens em todas as cidades brasileiras, que seria impossível sem a conivência do próprio Estado, uma vez que convém aos propósitos da produção e reprodução do capital em grande escala. O combate às drogas<sup>10</sup> e ao narcotráfico tem

---

<sup>10</sup> Não é objetivo deste trabalho apontar como o ópio se constituiu em alternativa para a destruição dos diferentes movimentos de resistência dos movimentos negros nos EUA na década de 60 do século passado e como a droga consistiu numa poderosa arma do imperialismo inglês contra a China em 1840-1860 (Guerra do Ópio), muito menos revelar como o capital se beneficia do contrabando de armas. É conhecida a participação de muitos dos milita-

servido de álibi para impor medidas draconianas contra os jovens “infratores”, da mesma maneira que a “guerra ao terror” serviu de justificativa para a invasão norte-americana ao Afeganistão e ao Iraque<sup>11</sup>. A gênese da violência praticada contra a população jovem precisa ser esclarecida, pois aparece irremediavelmente relacionada à elevação das taxas de crescimento da população idosa.

É notório que o caráter de classe plasma a gênese e o desenvolvimento dos homicídios e da violência generalizada contra jovens entre 15 e 24 anos. Acerca do crescimento dessas taxas, ocorrido no Brasil entre 1980 e 2010, esclarece Waiselfisz (2011, p. 19): “No total desses 30 anos o país já ultrapassou a casa de um milhão de homicídios. Os números são de tal magnitude que fica difícil construir uma imagem mental para assimilar e entender a sua significação”. A quantidade de homicídios

---

res que serviram à ditadura militar no “jogo do bicho” do Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Acrescenta Mészáros (2007, p. 300): “E quando toda essa pregação vazia fracassa como tem de fracassar, uma vez que evita, como a uma praga, as causas sociais dos sintomas negativos denunciados, as personificações políticas do alto escalão do capital, inclusive o mais alto deles, começam a falar de como podem identificar a futura delinquência já ‘no útero da mãe’, indicando as medidas legislativas estatais autoritárias ‘necessárias’ para lidar com a futura criminalidade potencial no estágio mais inicial possível. Essa linha de abordagem não é mais racional ou menos autoritária do que a defesa do Estado capitalista de ‘adotar implacavelmente a luta ideológica’ com o intuito de vencer a já mencionada ‘guerra contra o terror’”.

supera os números apresentados nos diferentes conflitos mundiais sucedidos entre 2004-2007, a exemplo dos ocorridos no Iraque (76.266 homicídios), Sudão (12.719), Afeganistão (12.419), Colômbia (11.833) etc. Foram vitimadas no Brasil mais pessoas do que nos 12 maiores conflitos mundiais, como assinala o autor do *Mapa da violência 2012*.

Nos 12 maiores conflitos, que representam 81,4% do total de mortes, nos quatro anos foram vitimadas 169.574 pessoas. Nesses mesmos quatro anos, no total dos conflitos, morreram 208.349 pessoas. No Brasil, sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas – 192.804 vítimas de homicídios – que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. (WASELSELFISZ, 2011, p. 20).

Os jovens (15 a 24 anos) do sexo masculino são os preferidos pela onda homicida que assola o país. Foram 91,4% de jovens do sexo masculino contra 8,6% do sexo feminino. A violência não escolhe apenas sexo, ela também escolhe a pele. Neste caso, os preferidos são os negros. Entre 2000-2010, o índice nacional de vitimização negra saltou de 45,8% a mais que o da população branca, para 139%. No Nordeste, a escalada da vitimização negra foi 20 vezes maior em relação à das vítimas brancas. Os jovens constituem as personagens centrais das taxas de homicídios, evoluindo para além da casa dos 25 anos e alcançando também os jovens de até 29 anos. Segundo Waiselfisz (2011, p. 71): “Em todas as regiões,

os homicídios juvenis mais que duplicam as taxas de homicídio do resto da população. Na unidade com menor vitimização juvenil em 2010, Rondônia, morreram 50% mais jovens que não jovens”.

As causas externas da mortalidade juvenil passaram de 52,9% em 1980 para 73,2% em 2010. No entanto, as taxas de mortalidade externas entre os não jovens não ultrapassaram os índices dos 10%, e enquanto morrem 38,6% de jovens devido a homicídios, entre os não jovens essa taxa cai para 2,9% (WASELSELFISZ, 2011). Como negar o caráter declaradamente social do problema da violência cometida contra os jovens, e que ela expressa uma estrutura social incapaz de resolver o problema do desemprego crônico que acomete a sociedade?

Waiselfisz (2011) destaca ainda que o mapa da violência diz respeito tão somente aos óbitos resultantes de homicídios que aparecem nas estatísticas oficiais, quer dizer, representa somente uma “agulha no palheiro”. No entanto, as causas externas de óbitos extravasam essa dimensão, já que existem jovens que morrem de causas externas (73,2%), como suicídios, acidentes, e não apenas por homicídio. O mapa limita-se ao registro de dados coletados dos relatórios apresentados pelo Estado, através de atestado de óbito, não contabilizando aqueles que foram dados como desaparecidos e os vitimizados pela violência homicida não declarada. Certamente, os números da

violência são mais abrangentes, e eles não podem ser alcançados mediante a simples observação das estatísticas divulgadas pelos órgãos oficiais de segurança pública.

Partindo do princípio de que o Estado é elemento fundamental do processo de controle do capital sobre o trabalho, com a constituição de suas leis draconianas e suas secretarias especializadas na repressão, parece óbvio que o sujeito histórico do genocídio praticado contra os jovens – enquanto fração expressiva do exército industrial de reserva – é o aparelho coercitivo do Estado, e ainda uma determinada horda de homens armados, a exemplo de empresas de segurança privada e grupos paramilitares, permanentemente mobilizados pelos capitalistas para proteger a propriedade privada. Isto se configura precisamente na política do governo federal, que tem ampliado ainda mais suas despesas com segurança pública: de 2008 a 2010 passou de R\$ 6,92 bilhões para R\$ 9,56 bilhões (Siga Brasil e Senado Federal/abril de 2011), o que representa um crescimento de quase 40%, ou seja, o equivalente ao volume de recursos destinados às Instituições Federais de Ensino Superior (oito bilhões de reais).

Observa-se que o crescimento da população idosa é insignificante quando comparado ao crescimento da população carcerária no Brasil, que alcançou taxa média de crescimento na ordem de 10% ao ano. Nesse aspecto o Brasil se acha entre os primeiros no mundo,

só perdendo para China, Estados Unidos e Rússia<sup>12</sup>. Os dados revelam que os jovens entre 18 e 29 anos constituem 56% da população carcerária nacional (473.626 em 2009 contra 361.102 em 2004).

Da mesma maneira que tentam naturalizar o processo de envelhecimento da população para indicar a contrarreforma da previdência como alternativa ao problema que acomete o capital, os ideólogos do capital não se cansam de tentar naturalizar a violência social, apresentando os jovens como os únicos responsáveis pelo estado em que se encontram<sup>13</sup>. Escreve Waiselfisz (2011,

---

<sup>12</sup> “O número é quase dez vezes maior do que o crescimento da população total, que vem sendo de 1,4% ao ano. Por causa disso, o Brasil já é o país com a quarta maior quantidade de pessoas presas no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia” (EDITAL, 2010, p. 1). O aumento extraordinário da população carcerária está relacionado às políticas de ajuste impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, entre 1995 e 2005 a população carcerária registrou um aumento de 143,91% (OLIVEIRA, 2010).

<sup>13</sup> Ao dizer que os ideólogos do capital tentam apressadamente apresentar os jovens como “os únicos responsáveis pelo estado em que se encontram”, isso não significa desconsiderar que os jovens que aderem ao “banditismo social” possuem margem de manobra para tomar suas decisões, ou seja, que eles poderiam seguir outro itinerário, como o trabalho informal ou a mendicância. Evidentemente que existe espaço para escolha entre alternativas postas, mas essas alternativas são determinadas socialmente e materialmente, e não pela simples consciência individual. É preciso sempre entender que a moral é uma expressão das determinações materiais e que na sociedade capi-



p. 79): “Assim, a violência juvenil começa a aparecer como uma categoria autoexplicativa quase universal e natural de nossa cultura globalizada, quando na realidade é um fenômeno que ainda precisa ser explicado”. O discurso da naturalização das relações sociais é próprio dos ideólogos que tentam justificar a prática institucionalizada da violência contra jovens desempregados, uma vez que não podem alterar as estruturas sociais existentes, do ponto de vista dos trabalhadores. Evidentemente, apenas uma perspectiva socialista pode apropriar-se positivamente do tempo disponível da sociedade e

---

talista todo preceito moral encontra sua expressividade máxima na acumulação de riqueza. A moral deste tempo histórico é a moral da concorrência, do egoísmo, da ambição, do lucro etc. Nesse aspecto, é preciso contrapor-se à noção que absolutiza o indivíduo e o considera como uma mônada separada da totalidade social. Evidentemente que a história da humanidade, enquanto árduo esforço no sentido de superar as barreiras naturais, encontra na sociedade capitalista espaço privilegiado de realização da subjetividade humana, mas esta somente pode se realizar nos interstícios do mercado. Portanto, a moral que impera entre os jovens infratores é subproduto dos preceitos axiológicos amplamente difundidos pelo mercado. Isso parece uma contradição, mas uma contradição em termos, porque se é verdade que os jovens infratores acabam se opondo à moralidade expressa na propriedade privada, também é verdade que eles não representam nenhuma espécie de ameaça à propriedade burguesa. O “banditismo social” não se constitui como concepção revolucionária do mundo; no fundo, não passa duma tentativa inócua de restaurar o ordenamento existente, preservando as bases socioeconômicas que gestam a desigualdade e a violência.

fazer deste um fator fundamental para a emancipação humana.

## **Conclusão**

Os dados apresentados servem para apontar o desafio posto à classe trabalhadora no campo do crescimento demográfico. Essa luta deve ser operada em duas frentes. A primeira, contra a ideologia da manipulação dos dados acerca do crescimento da população idosa, em que as contrarreformas na previdência social são seguidas de interpretações subliminares que concebem os velhos como ameaça permanente ao sistema produtivo e não como seres humanos que precisam de cuidados após dedicação exclusiva ao trabalho assalariado. Além de pretender prolongar o tempo da aposentadoria e penalizar os idosos, o sistema retira dos jovens a possibilidade de trabalho e vida decente, abreviando seu tempo de existência mediante práticas coercitivas e violentas.

Parece evidente que uma análise séria sobre as taxas de crescimento da população idosa deve ressaltar o genocídio de jovens que acontece no país, bem como as absurdas perspectivas de crescimento populacional, com significativo crescimento nas taxas de homicídios na população jovem (além do aumento da população carcerária). No presente momento, não é possível separar o crescimento das taxas de uma geração sem levar em conta as causas da queda de crescimento da outra geração, uma vez que elas estão conecta-

das. O crescimento da taxa da população idosa deve considerar, de um lado, o genocídio dos jovens, e do outro, a crise social que acomete a população idosa e que certamente irá se aprofundar com as contrarreformas da previdência social, porquanto estas tornam mais difícil a vida dos trabalhadores acima dos 60 anos.

Finalmente, é preciso desmascarar os subterfúgios das classes dominantes e apresentar respostas que superem as idiosincrasias ideológicas que exprimem a necessidade de contrarreformas, de um lado, e a necessidade de mais investimento na segurança pública, do outro. Faz-se necessário reconhecer que todas as mudanças apresentadas pela burguesia e pelo Estado burguês não passam de manobras para perpetuar tão somente o tempo de existência do capital em contraposição à existência efetiva dos seres humanos.

## Referências

ARAÚJO, E. S. As reformas da previdência de FHC e Lula e o sistema brasileiro de proteção social. **Revista Política Pública**, São Luís, v. 13, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2009.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**: implicações do envelhecimento populacional. Brasil: LAC, 2011.

BRECHT, Bertolt. A ópera de três vinténs. Trad. Wolfgang Bader e Marcos Roma Santa. In. BRECHT, B. **Teatro**

**completo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 3.

IBGE. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. Trad. Adail Ubi-jajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2010.

LARA, Ricardo; CANOAS, José Walter. Trabalho, envelhecimento e desemprego. In: SANT'ANA, R. et al. (Org.). **Avesso ao trabalho II**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. Ideologia. Trad. Ester Vaisman. In: PER L'ONTOLOGIA dell'essere sociale. Roma: Editori Riuniti, 1981a. v. 2. Texto mimeografado.

LUKÁCS, G. Reprodução social. Sérgio Lessa. In: PER L'ONTOLOGIA dell'essere sociale. Roma: Editori Riuniti, 1981b. v. 2. Texto mimeografado.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro primeiro, vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria do Sr.

Proudhon. Trad. e intr. de José Paulo Netto. São Paulo: LECH, 1982.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo. Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência II:** a dialética da estrutura e da história. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. **Revista Einstein**, São Paulo, n. 6, Suplemento 1, p. S4-S6. 2008.

OLIVEIRA, A. **Prisões:** Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. 2010. Disponível em: <<http://www.fatoexpresso.com.br/2010/12/02/prisoos-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo>>. Acesso em: 1 jun. 2012.

PERES, M. A. Castro. Educação, trabalho e velhice: relações possíveis? **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 16, p. 140-159, dez. 2004.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Textos de Pierre-Joseph Proudhon.** Seleção, org. e rev. da trad. de Paulo-Edgar Resende e Edson Passeti. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

EDITAL - NOTÍCIAS DE AMÉRICA LATINA E CARIBE. **População carcerária cresce 10% ao ano no Brasil.** Fortaleza: Pulsar, 2010. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/index.asp>. Acesso em 13.02.2014.

SCHIRMACHER, Frank. **A revolução dos idosos.** Trad. Maria do Carmo Ventura Wollny. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

TEIXEIRA, A. M. P. **Previdência social no Brasil:** da revolução passiva à contrarreforma. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012:** os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangrai, 2011.